

## EDUCAÇÃO PARA A TOLERÂNCIA

LOPES, José de Sousa Miguel - UNILESTE-MG

GT: Educação Fundamental /n.13

Agência Financiadora: **Não contou com financiamento.**

Os estudos sociológicos revelam-nos uma paisagem social nada estimulante para a convivência com as diferenças, ou dito de outro modo, com *os diferentes* etnico-culturais. A realidade sociológica plural não se traduz necessariamente em atitudes e comportamentos de respeito às idéias e crenças do outro, do diferente. Apesar da eclosão das ONGs (Organizações Não Governamentais) que lutam pelo respeito à liberdade das idéias e das distintas manifestações de vida, pela integração das diferenças e o reconhecimento da dignidade “dos outros”; a par da realidade de uma sociedade que cada vez mais se vai configurando como um sistema plural em todos os sentidos não é, sem dúvida, difícil encontrar situações preocupantes na descrição do nosso quadro social: xenofobia, recusa das diferenças culturais e do diferente cultural, tendência à uniformidade a partir de uma visão homogeneizadora da cultura, crescente desenvolvimento de nacionalismos essencialistas que expulsam da comunidade “nacional” todos aqueles que não têm a mesma origem ou raça ou, simplesmente não compartilham as mesmas idéias políticas fundamentalistas. Dir-se-ia que o conflito e o enfrentamento entre os seres humanos decorrentes de convicções sobre o que elas entendem como bom e verdadeiro constitui, provavelmente, um componente imprescindível da história.

O século que recentemente terminou mostrou-nos uma orgia armamentista que se encontra, em certa medida, cada vez mais fora de controle. Mantém as economias mundiais e subdesenvolvidas mutuamente atreladas à espiral de corrupção. A ciência encontra-se frequentemente desamparada face aos abusos. Em celas de tortura argentinas usaram-se modernos antibióticos para manter vivo o “paciente” até à próxima sessão. O fundamentalismo religioso está provocando estragos. O ódio interétnico nunca assumiu formas tão criminosas. Dir-se-ia que o século XX, que conheceu um desenvolvimento científico e técnico, um crescimento econômico e bem estar social espetaculares, não conseguiu resolver um velho problema: fazer da tolerância<sup>1</sup> a norma de convivência.

Face a este quadro, procuraremos abordar algumas facetas do fenômeno da (in)tolerância. Partiremos nesta nossa digressão, por analisar o fenômeno enquanto debate, ao qual a escola não pode, nem deve se furtar. Prosseguindo nossa abordagem, debateremos os limites da tolerância, procurando mostrar como não se pode ser tolerante com aquelas idéias e formas de vida que degradam a condição humana. Seguidamente, abriremos caminho para uma intervenção educacional neste campo. A educação na/para a tolerância inscreve-se necessariamente, num projeto de construção de uma sociedade democrática, na qual os indivíduos e grupos, independentemente de suas diferenças, sejam tratados a

---

<sup>1</sup> A expressão *tolerância* tem sido consagrada pelos mais variados autores no âmbito das Ciências Humanas. Não é a expressão que consideramos mais adequada, pois ser tolerante implica partir de uma concepção na qual o sujeito se coloca numa posição de superioridade face ao outro e, nesse sentido, ele tolera o outro. Estamos, pois, face a uma relação assimétrica, na qual um dos sujeitos é o “dono da verdade”, mas que aceita a “inferioridade” do outro. Não conseguimos descortinar uma palavra que possa traduzir de modo mais cabal esta questão. A expressão *respeito mútuo* parece traduzir melhor o conceito.

partir de suas especificidades e diferenças, não somente a partir de seus elementos e valores comuns. Finalizaremos nossa digressão, apresentando algumas sugestões práticas a incluir no currículo, por forma a combater manifestações de intolerância.

### **1. A (in)tolerância: um debate a que a escola não pode ficar insensível**

À primeira vista poderia pensar-se que os problemas da intolerância não são questões que devam abordar-se na escola. Esta deveria ocupar-se de “outras coisas”. Nada mais falso. A escola deve ser, ela mesmo, um lugar onde se convive na tolerância e na igualdade, contribuindo assim, junto com a aquisição dos conhecimentos, para iniciar as crianças e jovens na vida social e democrática. Por outro lado, continuar pensando a escola a partir de uma única função, a de preparar para o exercício profissional, desvinculada de outros objetivos ligados ao desenvolvimento de outras dimensões da pessoa, é um regresso ao passado e constitui um propósito injustificado. A educação é necessariamente normativa. Sua função não é só ensinar ou transmitir conhecimentos ou saberes, mas também integrar-se a uma cultura, quer dizer, nos costumes, tradições, crenças, língua, atitudes, modos de pensar e viver. E isto não é possível de realizar senão a partir de uma proposta de valores. Corremos o risco de cair num erro grave que é o de pensar que a criança e o adolescente se irão apropriando dos valores na “escola da vida”; que estes, como a tolerância, são aprendizagens que já “nos são dados” pela experiência cotidiana e não necessitam ser contemplados em programas escolares. E não é necessariamente assim. Nem o meio social mais próximo, nem a sociedade em geral constituem hoje o único referente de valores e, particularmente o valor da tolerância. Ainda que reconhecendo a eficácia limitada da escola no ensino dos valores, esta é indispensável para a crítica de comportamentos não desejáveis e para a interiorização de condutas valiosas.

Os valores, enquanto crenças básicas que orientam a própria vida, não se herdam, aprendem-se. Exige-se então a criação de condições adequadas para tal aprendizagem. Concretamente, no que diz respeito à tolerância, torna-se indispensável criar estruturas, ambiente e habitats nos quais seja possível a experiência da diversidade, a convivência das distintas manifestações dos valores; assim a diferença e/ou diferente não sejam vistos como objeto de exclusão ou ameaça, mas como elemento positivo e de riqueza para a comunidade. Por outro lado, a educação para a tolerância constitui uma exigência da nova realidade social. Esta configura-se como um sistema plural em todos os sentidos: econômico, social, político e cultural, que exige um modo distinto de pensar a escola e uma praxis educativa também distinta.

Se a praxis educativa deve estar “colada” na realidade, esta apresenta nas últimas décadas características bastante singulares. O fenómeno crescente da globalização das formas de vida em nossas sociedades complexas, torna difícil representar de forma unitária a sociedade em que vivemos. De fato, os indivíduos pertencem a diversas comunidades às vezes contraditórias entre si. A imagem de uma sociedade com uma única cultura se estilhaçou. A irrupção da globalização tornou possível a superação das fronteiras e introduziu-nos numa realidade mais ampla: a humanidade, a cidadania mundial ou família

---

No entanto, e feita esta ressalva, ao longo de nosso texto faremos a utilização da expressão *tolerância*, já que ela se consagrou no âmbito das Ciências Humanas.

humana para propiciar novos espaços e novos modos de identificação para além dos estritamente locais. Esta nova realidade social impõe a necessidade de analisarmos os problemas de um modo interdependente e mundial. O mundo “comum” em que vivemos aproxima-nos das culturas e modos de vida, que até há alguns anos atrás nos pareciam estranhos.

Mas esta aproximação entre as culturas que pode, a partir do respeito ao diferente e às diferenças culturais, levar a um enriquecimento coletivo, pode também ser, para muitas destas, o início de seu declínio e desaparecimento. Ainda que possamos afirmar que a pluralidade e diversidade de identidades culturais pertencem à forma de ser histórica dos seres humanos, e que essa diversidade não pode ser eliminada, isto não significa que as identidades sejam realidades fixas e inalteráveis. Pelo contrário,, encontram-se em permanente contato e transformação. Isto vem acontecendo desse modo desde o início da história e, provavelmente, continuará sendo assim. Contudo, este fato, não deve ser utilizado como argumento para minimizar as consequências resultantes das formas hegemônicas de contato cultural. Escravidão, genocídio são formas bem conhecidas de negação e de falta de reconhecimento de outra realidade cultural. A consequência é bem visível: a rápida extinção de muitas línguas, a destruição total ou parcial dos mecanismos materiais e sociais tradicionais de reprodução, a imposição da língua, religião, etc., a partir de posições de poder dos “conquistadores”.

Às vezes, surgem determinados acontecimentos que rompem nossa vivência do tempo em duas partes desiguais, marcando uma diferença entre um “antes e um depois”, entre um passado e um futuro. Um destes acontecimentos é a revolução tecnológica e sua consequência mais imediata a globalização; acontecimento que estilhaça a idéia de história como continuidade, como progresso e cadeia ordenada de acontecimentos relacionados causalmente. A partir deste fato, já nada é igual no plano político, econômico, social e cultural. E o que é um fato cultural deve ter também consequências no âmbito da educação e obrigar a quem elabora o discurso pedagógico a levar em consideração que o ser humano é um ser histórico, impensável fora ou à margem do espaço e do tempo.

O fenômeno da globalização obriga-nos a entender a realidade social de um modo diferente: a diversidade das culturas e as fronteiras nacionais já não são obstáculos para nos reconhecermos interdependentes e companheiros de viagem com um mesmo destino. Se obrigatoriamente viajamos num mesmo trem, e sem possibilidade de escolher outro diferente, o mais inteligente é aprender a conviver, partir da tolerância, com as diferenças e os diferentes, superando padrões já defasados pela realidade dos fatos.

## **2. As raízes da tolerância**

Em que se baseia a tolerância? No âmbito ideológico e a prática científica, a tolerância poderia fundamentar-se na impossibilidade de instaurar a verdade absoluta. A partir de uma vertente prática, é evidente o fato de que nem todos os homens se aproximam da verdade com a mesma velocidade e segurança, e muitos deles nem sequer conseguem alcançá-la. Por isso, não tem sentido, nem se justifica, pretender impedir, por todos os meios, que os demais incorram em erro.

A tolerância supõe compreender que a diversidade, o multiculturalismo e o pluralismo, cuja expressão é a existência de diferentes opiniões políticas, crenças diversas ou sensibilidades morais

distintas, longe de ser um fenômeno negativo e que impede a convivência pacífica, deriva da própria condição humana e pode, conseqüentemente, converter-se numa ocasião para um mútuo enriquecimento.

A tolerância, assim entendida, é o habitat de uma sociedade plural, cujas crenças de todo o tipo e suas manifestações, encontram suporte e são efetivamente promovidas, sem mais limitações que as impostas pelos direitos dos demais, e também pelo reconhecimento de sua dignidade.

Mas será que todo o aspecto da diversidade cultural deva ser digno de respeito? A diversidade não é boa e bela por si mesma, não é a virtude social suprema? A sociedade melhor não é a sociedade mais diversa?

Aproximar-se das bases da tolerância é descobrir a dimensão moral em nossas relações com os demais. Perante *os outros* temos uma responsabilidade, a exigência de dar conta de nossas ações na medida em que elas podem afetá-los. Os outros, em seus modos de pensar e viver, em sua dimensão histórica, são, nas palavras de Kant, fim em si mesmos, não instrumento de uso para outras finalidades. Somos, como diz Levinas (1993), responsáveis *pelo outro*, daquele para quem sempre estamos em dívida. É o *outro* quem, a partir de sua dignidade, a partir da autoridade de seu rosto, nos exige reconhecimento. Face ao outro não podemos manter-nos mudos. A palavra é uma dívida previamente contraída. O outro é *alguém* que está ali e exige não ser ignorado nas suas idéias, crenças e quanto à sua própria pessoa. Isso faz com que não possamos, nem devamos, separar na pessoa aquilo que é sua natureza, daquilo que *vai sendo*, promover modos de pensar e viver, ainda que sejam diferentes dos próprios. Não é lícito, portanto, fazer a distinção entre a valorização da pessoa humana que, sem dúvida, deve ser sempre respeitada, e suas crenças ou convicções pessoais, mesmo que estas sejam equivocadas.

Com frequência, se fazem análises enviesadas e frívolas da cultura, excessivamente “intelectualistas”. Assim se têm justificado os atropelos e o extermínio de modos de vida de povos inteiros. Facilmente se esqueceu que cada cultura representa um conjunto de respostas, que uma comunidade ao longo do tempo, deu às suas necessidades, circunstâncias e condições de vida, à necessidade imperiosa de continuar existindo.

Em nome da defesa da “verdade” violentou-se, durante muito tempo, a liberdade das pessoas e aniquilaram-se milhões de seres humanos. Auschwitz e Kolyma representam a coincidência absoluta das duas variantes do regime totalitário, a versão fascista e a comunista (Todorov, 2000). Ambos constituem um paradigma sobre a negociação do outro, pensado e organizado para o extermínio massivo de seres humanos, sem outra razão a não ser a de que eram diferentes, ou simplesmente suspeitos de serem contrarrevolucionários. “Não existem paralelos com a vida nos campos de concentração. Seu horror nunca pode ser totalmente alcançado pela imaginação, pela simples razão de que permanecem à margem da vida e da morte” (Arendt, 1999, p. 539). E justamente por suas convicções pessoais, mesmo quando equivocadas, o homem é pessoa. Podem-se criticar as idéias, mas não afogar o pensamento, nem aniquilar o dissidente.

A tolerância exige dar à própria vida um universalismo moral, pelo que se relativiza a própria forma de vida atendendo às pretensões legítimas das outras formas de vida; que se reconheçam direitos iguais aos outros, as estranhos, com todas as suas idiosincrasias e tudo aquilo que neles resulta difícil de entender.

Deveríamos compreender que nem sempre ocorre uma correlação necessária ou suficiente entre a compreensão das idéias ou crenças do outro, e o respeito e defesa de sua pessoa. Infelizmente os exemplos são numerosos. A inviolável consciência ilustrada, defensora dos Direitos Humanos, assistiu emudecida aos maiores crimes que o século XX conheceu. A defesa platônica de um mundo povoado de idéias de liberdade e tolerância podem ser apenas barreiras muito débeis que nos protejam da barbárie.

### **3. Limites da tolerância**

Podem colocar-se limites à tolerância? Conviria explicitar aquilo que não toleramos, já que não se pode falar de tolerância e intolerância absolutas. Os limites da tolerância devem estar, em todo o caso, nos valores universais ou direitos humanos; aquilo cujo não cumprimento coloque em perigo a existência não apenas pessoal, mas também coletiva dos seres humanos. As idéias, enquanto apenas idéias são, em qualquer caso, toleráveis. Mas deixam de o ser quando se pretendem impor, mediante a violência e a força, a quem não as compartilhe. Não só a agressão à liberdade é intolerável, mas também tudo aquilo que viola direitos humanos básicos, de tal modo que não deveríamos tolerar que exista fome no mundo, que morram milhões de crianças devido a doenças evitáveis, que só se possam derimir conflitos através das guerras. O objeto da tolerância são as diferenças inofensivas, não as que ofendem a dignidade humana.

A barbárie está permanentemente à espreita e ela põe em cheque os limites da tolerância. Michel Walzer (1999, p. 104) chega mesmo a levantar uma questão polêmica: “Devemos tolerar os intolerantes? Essa questão é com frequência descrita como o problema central e mais difícil na teoria da tolerância”. Com efeito, ao final de um século que, em sessenta anos, conheceu duas guerras mundiais, os totalitarismos de direita e de esquerda, hitlerismo e stalinismo, Hiroshima, o gulag, os genocídios de Auschwitz e do Camboja, as “limpezas étnicas” no Ruanda, no Kosovo e em Timor-Leste, não se pode mais explicar nem atenuar o Mal incorporando-o a um plano geral. Nosso século é, por excelência, o do sofrimento inútil, e esse exige não ser motivado por uma dialética mas ser aliviado, quando é possível, por uma intervenção imediata.

A tolerância não é permissiva, muito menos benevolente, com as idéias e práticas que atentem contra a liberdade e dignidade das pessoas. Uma sociedade democrática deve tutelar e garantir o livre exercício dos direitos dos indivíduos, impedindo que os mesmos sejam violados. Mas só a violação dos direitos dos outros pode impedir o exercício da liberdade na manifestação das próprias idéias, crenças ou modos de vida. Está aqui o limite da tolerância.

Uma sociedade é tolerante na medida em que promova a liberdade daquelas idéias, valores e práticas que contribuam para o desenvolvimento pessoal e para a construção de uma sociedade justa e solidária, a partir da pluralidade de modelos de homem e de sociedade. Mas não é tolerante, se abdica da promoção e defesa dos princípios fundamentais que garantam a realização do homem como ser livre e autônomo. Não se pode ser tolerante com aquelas idéias e formas de vida que degradam a condição humana. A exploração, a miséria, a extorsão, a manipulação, o crime, a imposição autoritária das idéias, o despotismo político, etc., são formas de intolerância que ofendem a dignidade moral, não só sobre aqueles

que as sofrem, mas mais ainda sobre aqueles que as produzem, e não têm lugar numa sociedade que faz da tolerância e respeito às idéias e às pessoas um princípio básico de convivência e de organização social.

A tolerância não reside na aceitação “resignada” de uma dada situação não desejada, imposta contra a vontade dos cidadãos. Muito menos significa transigir com situações de imoralidade atentatória dos direitos elementares da pessoa. Ela é mais promoção e defesa, compromisso com tudo aquilo que pode enobrecer a pessoa e contribuir para o bem-estar de todos, a partir da aceitação da pluralidade de crenças e formas de vida legítimas numa sociedade democrática.

#### **4. Como educar para a tolerância?**

Um dos objetivos prioritários da educação nos tempos que nos foram dado viver, marcados pelas diferenças culturais, étnicas religiosas, linguísticas, políticas, etc., é, sem dúvida, preparar para viver numa sociedade plural e complexa, submetida a profundas, inevitáveis e rápidas mudanças.

A educação para a tolerância é uma tarefa que parte do fato de que a nossa vida, tanto individual como coletiva, está perpassada por conflitos, exposta a diferença e condicionada por diferentes e legítimos modos de pensar e orientar a vida. Esta é uma realidade á qual a educação não pode se omitir. Se o fizesse, seria o mesmo que renunciar ao seu objetivo fundamental: educar para a vida. Isto exige enfrentar os conflitos a partir de uma opção clara pelo diálogo, o consenso e o respeito pela dignidade do outro. Convém deixar que os conflitos aflorem, não os suprimindo, mas assumindo-os e integrando-os como ponto de partida no processo educativo. Os valores, como as atitudes, ensinam-se e aprendem-se a partir de sua prática. Isto significa que um ambiente autoritário na família, na sociedade ou na escola, o recurso à agressividade ou à violência, a rejeição de opiniões diferentes, impossibilita o exercício do diálogo como categoria privilegiada para a resolução de conflitos, incapacita a tomar atitudes tolerantes face às diferenças e aos diferentes e torna difícil a convivência entre indivíduos numa sociedade plural. Concretamente, no sistema educacional, envolve mudanças profundas no modo de pensar a escola por parte do corpo docente, nas atitudes destes face à instituição escolar, nos conteúdos e estratégias de ensino e nas suas estruturas e dinâmicas de funcionamento. A educação na/para a tolerância inscreve-se necessariamente, num projeto de construção de uma sociedade democrática, na qual os indivíduos e grupos, independentemente de suas diferenças, sejam tratados a partir de suas especificidades e diferenças, não somente a partir de seus elementos e valores comuns.

A educação para a tolerância implica, por outro lado, a aquisição de competências ou habilidades sociais que facilitem a comunicação e o diálogo, imaginar colocar-se no lugar do outro, assumir as diferenças como um fato normal numa sociedade complexa e diversa. Ser tolerante, respeitar as diferentes e legítimas manifestações dos outros é também objeto de aprendizagem, dado que não nascemos tolerantes, mas vamos nos tornando ou sendo tolerantes, não sem esforço, pela apropriação de valores ou cultura que faz do diálogo e do respeito aos outros um modo de vida. Isso nos obriga a introduzir nos processos educativos, como atividade fundamental, o diálogo interpessoal crítico e, progressivamente, impulsionar atitudes de colaboração entre os educandos, fazendo do diálogo e da cooperação recursos básicos de ensino.

É fácil observar nas propostas de educação para a tolerância uma tendência que visa os aspectos *culturalistas*: idéias, crenças, costumes, estilos de vida, etc., deixando para um segundo plano o sujeito

concreto que está por detrás dos mesmos. Ora a educação para a tolerância não se esgota no respeito às diferenças, senão que deve conduzir, sobretudo, à aceitação e reconhecimento do outro, da *pessoa diferente*. Para nós, não são as diferenças em termos de idéias, crenças, cultura ou modos de vida aquilo que constitui, prioritariamente, o objeto de educação para a tolerância, mas a pessoa concreta que é portadora dessas diferenças e exige ser reconhecida através delas. Entender a questão deste modo, supõe fazer recair na aceitação e reconhecimento do outro diferente toda a ação educativa, e não tanto o conhecimento e compreensão das diferenças. Exige entender a educação para a tolerância, não a partir de uma compreensão intelectual das diferenças, mas como um *fazer-se passar* pelo outro diferente.

Por outro lado, torna-se necessário que os agentes educativos manifestem em seu comportamento atitudes de tolerância; que ofereçam experiências sobre o valor da tolerância e não simplesmente a verbalizem. Tradicionalmente, na educação tem-se recorrido à eficácia do “exemplo” sempre que se trata da aprendizagem de condutas. A proposta de um comportamento tolerante, justo e solidário, se apenas permanece ao nível do discurso, na abstração de uma idéia, resulta ineficaz para mobilizar o educando para a sua realização. Necessita da referência concreta à experiência do valor, sobretudo daquelas pessoas mais significativas de seu meio mais próximo.

Em nenhum caso, a tolerância é um exercício teórico; ela não pode ensinar-se, tem que necessariamente exercer-se e deste modo fazer-se existir. Educar para a tolerância só é possível a partir da tolerância.

Mas a aprendizagem da tolerância remete para algumas aprendizagens prévias. Respeitar o modo de pensar e viver dos outros pressupõe aceitar que podem existir outros modos de viver e entender a vida distintos dos meus, que a verdade pode ser compartilhada; além disso, reconhecer o outro diferente, apesar e para além de suas idéias e crenças, supõe não só competência na comunicação e escuta, mas sobretudo, capacidade para *reconhecer* o outro. Isso implica, portanto, a aprendizagem de habilidades sociais de comunicação e empatia que facilitem a abertura, a escuta e colocar-se no lugar do outro.

Não é preciso afirmar que as metodologias utilizadas na escola não podem ficar indiferentes à aprendizagem de tais habilidades. As estruturas relacionais da aula baseadas na relação professor-aluno, centradas no trabalho individual, não favorecem em nada o diálogo e a comunicação entre os próprios alunos, nem a expressão ou manifestação das diferenças de todo o tipo presentes nos alunos e na sociedade.

Para nós, educar na e para a tolerância é, antes de tudo, uma questão moral. A presença do outro, o diferente, em suas idéias, crenças, modos de vida, em suma, em sua cultura, faz-nos reconhecer pelo menos, a existência de outros modos legítimos e distintos de viver a vida. Permite-nos, antes de mais, contrastar a própria cultura com as realizações das culturas alheias. E impõe-nos o dever moral do reconhecimento e respeito. Mas reconhecer e respeitar o outro constitui uma pura abstração se este reconhecimento não se traduz na aceitação do indivíduo concreto que, ainda que pertencendo a uma tradição cultural, etnia, religião, etc., distinta da nossa, é “um dos nossos”. Sua simples presença exige de mim uma resposta, não só de compreensão “intelectual”, do entendimento de suas tradições e costumes, mas também de reconhecimento de sua pessoa numa situação concreta, aqui e agora, com sua história, com seu passado.

A educação para a tolerância, traduz-se, necessariamente, por uma educação moral, do reconhecimento do outro na totalidade de sua existência. Seria perigoso situar a educação para a tolerância unicamente no âmbito cognitivo, ignorando o indivíduo concreto que sustenta essas crenças, tradições, cultura e modos de vida legítimos, através dos quais chegou a ser o que é, como indivíduo e como membro de uma coletividade.

Para uma atitude realmente tolerante, precisamos antes de tudo explorar, alterar e reconfigurar aquela parte do planeta que melhor e pior conhecemos: nós mesmos. Se realmente queremos criar uma sociedade diferente, baseada em princípios de humanitarismo, igualdade e amor, é preciso desenvolver essas qualidades. Se realmente queremos criar uma sociedade diferente, baseada em princípios de humanitarismo, igualdade e amor, é preciso desenvolver essas qualidades primeiro em cada um de nós.

A possibilidade de exercermos a nossa “humanidade” é uma das mais ricas oportunidades que têm sido colocadas para o mundo nessa mudança de século pelas novas visões da realidade. Muitas pessoas encaram essa ênfase na transformação pessoal como narcisismo, absorção em si mesmo, alienação, ilusão. Mas como pregar uma tolerância de que não partilhamos? Como estimular a paz, se não a temos dentro de nós? Como iluminar as trevas, se não dispomos de luz?

O exercício da tolerância, pregado em congressos, seminários e encontros, só se transforma numa prática cheia de significado se cada um de nós estiver disposto a empreender a sua própria jornada de transformação pessoal. Apropriadamente, o provérbio oriental diz que “antes de sair para consertar o mundo, dê três voltas dentro de sua própria casa”. Na verdade, a mais importante coisa que podemos transformar no mundo é a nós mesmos, e essa mudança individual é fundamental para a humanidade.

A prática da tolerância deve começar em cada um de nós, com um exercício de coragem ao encarar as nossas limitações e assumir por elas a responsabilidade, sem nos culparmos. Sendo tolerantes com os nossos próprios defeitos, e animados pelo sincero propósito de nos modificarmos, começamos lentamente a compreender que os outros também merecem essa tolerância e essa compreensão que dedicamos a nós mesmos e que, por isso mesmo, sabemos ser suave e curativa como um bálsamo. E somente assim, depois de mobilizarmos a paz dentro de nós, podemos dedicar-nos a compartilhá-la com os outros.

Estamos conscientes que a tolerância só é possível no contexto de uma sociedade democrática. E a escola não vive (nem pode viver) à margem da realidade social. Portanto, a construção de um clima de tolerância na aula está condicionado pelos níveis de tolerância no quadro da sociedade. Mas também é verdade que a escola pode contribuir, a partir de suas propostas e estilo democrático de convivência, gerar

e tornar possível a cultura do diálogo e do consenso, como forma de resolver os conflitos, promovendo, como elementos positivos, o respeito pelas diferenças de pensamento e pela diversidade de culturas. É verdade que a escola constitui um “pequeno mundo”, ou quem sabe, uma realidade artificial na vida das crianças e adolescentes; que a aprendizagem de atitudes e valores pode ser efêmera se não encontra o apoio ou referência no quadro familiar e social, o que nos obriga a ser prudentes nas nossas expectativas. De qualquer modo, a proposta da tolerância, como valor, pode ser um elemento importante para a crítica de comportamentos xenófobos e discriminatórios e possibilitar, mais tarde, a apropriação do valor da tolerância.

## 5. Práticas

Suponhamos uma unidade curricular (adaptada a cada nível de ensino) a ser dada em um mês. Seria composta por oito aulas, podendo cada uma delas ser independente embora, em termos ideais, devessem constituir uma unidade, de forma que em cada aula se trabalhassem os conceitos fundamentais para as aulas subsequentes. Cada aula incidiria numa ou em várias questões centrais:

1. *Vítimas da intolerância.* O que é a intolerância? Quem são as vítimas da intolerância? A primeira aula enfatizaria as vítimas da intolerância. Depois do grupo ter procurado definir tolerância, os estudantes estabeleceriam um número concreto de situações em termos de quanta tolerância cada um mereceria. Em seguida os estudantes seriam divididos em três grupos, e cada grupo leria um estudo de caso (a situação brasileira durante o regime militar, a Revolução Cultural na China ou o Holocausto). Os grupos apresentariam os estudos de caso à turma. Os estudantes entrevistariam membros das suas famílias que tenham sido vítimas da intolerância e que poderiam (caso o desejassem) relatar suas experiências à turma.
2. *Intolerância – como surge.* Por que as pessoas e grupos são intolerantes? A segunda aula centrar-se-ia no modo como a intolerância se desenvolve em diferentes pessoas. Os estudantes relatariam no jornal da escola suas próprias experiências nas quais tenham posto à prova sua tolerância, ou aquelas em que tenham sido intolerantes. Voluntários poderiam apresentar suas experiências na aula. Os estudantes apresentariam em sala casos de turmas briguentas, e poderiam produzir um “boletim

fanfarrão” com resultados de pesquisa realizado entre os alunos briguentos e suas vítimas, que ajudaria os estudantes a perceber as raízes da intolerância numa perspectiva psicológica e sociológica.

3. *Direitos humanos básicos.* O que são direitos humanos básicos? Qual a relação entre direitos, responsabilidades e tolerância? Na terceira aula seriam examinados os direitos humanos básicos, procurando estabelecer um balanço entre direitos e responsabilidades. Os estudantes identificariam os direitos que eles consideram básicos e trabalhariam em grupo para escolherem os três mais importantes direitos. Comparariam em seguida os direitos que eles consideraram como os mais importantes, com as Constituições de vários países. Procurariam apresentar as responsabilidades que resultam da aquisição de direitos.
4. *A questão da censura.* Que idéias/opiniões suprimir? A quarta aula possibilitaria aos estudantes experimentar a censura de várias textos, devendo o professor anotar no quadro os títulos censurados. Os estudantes estudariam a censura e em seguida agiriam sobre a controvérsia imaginada relativamente ao livro “Os subterrâneos da liberdade” de Jorge Amado no qual uma comunidade deveria decidir se o livro deveria ou não ser removido da biblioteca da escola, dado que os pais faziam forte objeções ao mesmo.
5. *Estudos de caso.* Como têm sido resolvidas as questões de intolerância nos tribunais brasileiros? A quinta lição centrar-se-ia em casos levados aos tribunais brasileiros e publicados na imprensa. Os estudantes trabalhariam esta questão fazendo um pequeno teatro onde desempenhariam o papel de advogados e juizes.
6. *Direitos internacionais e responsabilidades.* Quais os padrões internacionais de intolerância? A sexta aula ampliaria o conceito de tolerância à arena internacional, comparando a Declaração Internacional dos Direitos Humanos adotada pelas Nações Unidas com a Constituição da República do Brasil.
7. *Crenças e crenças.* Quem são as pessoas, no passado e no presente, que seguiram a sua consciência e agiram de acordo com as suas crenças? A sétima aula é sobre aquelas pessoas que são defensoras da tolerância e/ou vítimas da intolerância. Os estudantes recebem uma lista de indivíduos e

uma lista descrevendo como cada pessoa lutou contra a intolerância. Através de uma pesquisa na biblioteca da escola ou da cidade, elas confrontam as duas listas e procuram adequar cada nome às respectivas ações de tolerância. Dois estudantes desempenhariam o papel numa entrevista simulada com Nelson Mandela para explorar porque ele, suportou a prisão durante 27 anos no regime do “apartheid”.

8. *Ações visando ampliar a compreensão sobre o direito de expressão.* Que ações podem ser desenvolvidas visando ampliar a compreensão sobre o direito de expressão? A oitava lição possibilitaria aos estudantes refletirem sobre a natureza das ações que podem levar a cabo quando são confrontados com situações que requerem tolerância política. Trabalhando em pequenos grupos, eles deverão tomar em consideração seus direitos e deveres na sala de aula, comunidade, escola, nação e mundo. Deverá falar-se sobre a possibilidade de criar um grupo da Anistia Internacional. Em seguida eles são levados a retomar as suas avaliações sobre a tolerância política trabalhadas na primeira aula e a avaliar novamente a importância da tolerância para eles próprios e para o bem-estar da humanidade.

Através de uma exploração ativa das questões colocadas no currículo, os estudantes gradualmente começam a perceber as dimensões históricas, psicológicas e sociológicas da tolerância. Nós os incentivamos a “vestir a pele” do infrator e da vítima da intolerância, e a confrontar as conseqüências da intolerância para os indivíduos e para as sociedades. Através do currículo, nós solicitamos que os estudantes levassem em conta as profundas questões ligadas à liberdade de expressão – Por que a necessidade de liberdade de expressão crítica numa sociedade democrática? Por que é particularmente importante que os pontos de vista das minorias sejam protegidos? Quando encontramos algumas idéias repugnantes, que ações podem ser levadas a cabo com vista a que, ainda assim, se possa preservar o valor da liberdade de expressão?

#### **Considerações finais**

Face à presença da rica diversidade étnica, linguística e cultural presentes nas sociedades contemporâneas não me parece excessivo sugerir a necessidade de se

cultivar uma utopia orientadora, com o propósito de encaminhar as diversas sociedades para uma maior compreensão mútua e espírito de tolerância, mais sentido de responsabilidade e mais solidariedade na aceitação das diferenças espirituais e culturais. Uma educação alicerçada no respeito mútuo, que possibilite o acesso de todos os cidadãos ao conhecimento, terá um papel bem concreto a desempenhar no cumprimento desta tarefa universal: ajudar a compreender o mundo e o outro, afim de que cada um se compreenda melhor a si mesmo.

A tarefa é árdua porque, muito, naturalmente, os seres humanos têm tendência a sobrevalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem, e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros. Não basta pôr em contato e em comunicação membros de grupos diferentes (através de escolas comuns a várias etnias ou religiões, por exemplo). Se, no seu espaço comum, estes diferentes grupos já entram em competição ou se o seu estatuto é desigual, um contato deste gênero pode, pelo contrário, agravar ainda mais as tensões latentes e degenerar em conflitos. Pelo contrário, se este contato se fizer em termos igualitários, e se existirem objetivos e projetos comuns, os preconceitos e a hostilidade latente podem desaparecer e dar lugar a uma cooperação mais serena e à amizade.

Parece pois, que a educação embasada no respeito mútuo deve utilizar duas vias complementares. Num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro. Num segundo nível, e ao longo de toda a vida, a participação em projetos comuns, que parece ser um método eficaz para evitar ou resolver conflitos latentes.

A escola deve, pois aproveitar todas as ocasiões para uma dupla aprendizagem: por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade de espécie humana e, por outro lado, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta.

Passando a descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e por dar à criança, ao adolescente e também ao adulto uma visão ajustada do mundo, a educação para a tolerância, seja ela dada pela família, pela comunidade ou pela escola, deve antes de mais nada ajudá-los a descobrir-se a si mesmos. Só então poderão, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reações. Desenvolver esta atitude de empatia, na escola, é muito útil para os comportamentos sociais ao longo de toda a vida.

Enfim, ensinar para a tolerância da diversidade de crenças não é uma tarefa fácil. Normas sociais, estruturas escolares e grades curriculares freqüentemente se encontram na contramão do estudo aprofundado dos conflitos. E os indivíduos não são tolerantes inatos. Devemos escolher ativamente a

tolerância como parte constitutiva de um processo democrático. Mesmo que os atuais currículos possam ser capazes de promover a tolerância entre os estudantes, deve-se ter a clareza de que a manutenção da tolerância é um processo permanente que requer um compromisso por parte de todos os educadores.

Embora este tema tenha originado múltiplos debates e numerosas publicações, não é “prudente” dá-lo por encerrado. E não é próprio de pessoa críticas e responsáveis, mas de espíritos dogmáticos, dar por encerrado o que na prática resulta difícil, como é construir condições ou habitats que facilitem a promoção de pessoas tolerantes para uma sociedade democrática.

---

#### Referências bibliográficas

ARENDT, Hanna. *Los orígenes del totalitarismo*. Madrid: Taurus, 1999.

LEVINAS, E. *Humanismo del outro hombre*. Madrid: Caparrós, 1993.

RUSSEL, Bertrand. *A minha concepção do mundo*. Porto: Brasília Editora, 1970.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

WALZER, Michel. *Da Tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WILLIAMS, B. “Uma virtude incômoda”. *O Correio da Unesco*, Ano 20, nº 8, 1992 (09-13).